

O Governo Lula e a Tentativa de Conciliação de Classes Antagônicas:

o Avanço do Agronegócio Versus A Resistência dos Movimentos Sociais em Defesa da Soberania Alimentar no Brasil

Thaylize Goes Nunes Pereira

Maria Angélica Paraizo

Como citar: PEREIRA, T. G. N.; PARAIZO, M. A. O Governo Lula e a Tentativa de Conciliação de Classes Antagônicas: o Avanço do Agronegócio Versus A Resistência dos Movimentos Sociais em Defesa da Soberania Alimentar no Brasil. *In* : SIMONETTI, M. C. L. (org.). **Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.123-141. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-714-2.p123-141>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O GOVERNO LULA E A TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES ANTAGÔNICAS: O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO *VERSUS* A RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DA SOBERANIA ALIMENTAR NO BRASIL

Thaylizze Goes Nunes Pereira

Maria Angélica Paraizo

INTRODUÇÃO

É sabido o estreito vínculo originário do Partido dos Trabalhadores com os movimentos sociais, dada sua formação no interior do movimento operário, numa conjuntura histórica marcada por um longo período de um regime autoritário e castrador das potencialidades de luta e de atendimento das demandas democráticas sociais. Nesse período, o PT despontou como um partido de esquerda, e por ser um partido de massas fulgurava a possibilidade de agregar diversos setores sociais e viabilizar suas lutas. Assim, o Partido dos Trabalhadores era uma “novidade”: um partido de base operária, com uma política de caráter classista e em um momento de crise na esquerda nacional e mundial (OLIVEIRA, 1986).

Porém, no decorrer dos anos, o Partido dos Trabalhadores passou a institucionalizar-se e, neste processo, participou da corrida eleitoral pleiteando o Executivo Nacional por quatro vezes seguidas, atingindo o tão sonhado objetivo no ano de 2002. Todavia, o ideal classista, democrático e

popular expresso outrora pelo partido, encontrava-se alhures após a vitória de Lula como presidente.

Durante os oito anos em que Lula esteve à frente da presidência – eleito em 2002 e reeleito em 2006 – houve um afastamento do PT para com os seus princípios de origem. Ao contrário do ideal apregoado no passado petista, não houve uma radicalização de reformas políticas e estruturais no país e os compromissos com o capital foram mantidos.

Contudo, a origem do mesmo enquanto um partido de caráter popular e a imagem de Lula como membro orgânico das bases resultou no atravancamento dos movimentos sociais durante os anos em que Lula esteve na presidência. O Governo passou a mediar e contornar os conflitos de classes, internalizando-os no aparelho de Estado, com ministérios dados “tanto aos representantes do capital quanto (pela primeira vez) aos representantes do trabalho.” (SECCO, 2011). Tal mediação pode ser observada quando o Governo designa os ministérios, entregando o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento para as mãos dos ruralistas e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a administração dos movimentos sociais. Porém, é necessário ressaltar o peso desses dois Ministérios em relação aos recursos que cada um dispõe.

A agricultura familiar (4,2 milhões de estabelecimentos e 70% da população ativa agrícola) está administrada pelo pequeno Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a agricultura empresarial (550.000 estabelecimentos, ou seja 12% do total para 70% das terras agrícolas) pelo potente Ministério da Agricultura, da Pesca e da Alimentação (MAPA). (SABOURIN, 2007).

Entretanto, mesmo que os créditos para a agricultura familiar tenham aumentado no governo Lula, eles representam apenas de 15% a 20% daqueles destinados ao agronegócio. Em contraponto, as estatísticas oficiais nos revelam que o setor familiar e camponês assegura 40% do PIB agrícola do Brasil, e só tem acesso a 25% das terras e dos financiamentos públicos (SABOURIN, 2007).

O PARTIDO DOS TRABALHADORES: DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À ASCENSÃO PRESIDENCIAL

No final da década de 70 e início dos anos 80 surge no interior do movimento operário, mais precisamente diante do contexto histórico que ficou conhecido como as grandes greves do ABC paulista, o Partido dos Trabalhadores. Desde sua formação, por caracterizar-se como um partido de massas, o PT nunca buscou uma política homogênea, vindo a agregar diversos setores como a esquerda católica, sindicalistas, intelectuais, camponeses, pequenos proprietários e organizações operárias.

No *Manifesto do PT*, documento aprovado em 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion, ocasião e local onde o partido fora de fato fundado, há elementos que dão ao partido ares democrático-popular (SECCO, 2011, p. 35-36). Em sua gênese, o PT apresentava um programa de caráter classista, incorporando demandas dos movimentos sociais, bem como dos setores populares, contrapondo-se à política neoliberal que se espalhava pela América Latina neste período.

Como exemplo, temos o vínculo direto do PT com o surgimento do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – no ano de 1984. A imensa desigualdade social e violência no campo fez com os trabalhadores rurais condensassem forças políticas e se organizassem de maneira análoga aos trabalhadores urbanos no contexto das grandes greves que deram origem ao Partido dos Trabalhadores (FERNANDES, 2000).

Nas discussões iniciais do Partido dos Trabalhadores a questão da reforma agrária no país era latente, perpassando por pontos como a necessidade de mudança na estrutura fundiária existente e a crítica à estrutura produtiva da agricultura voltada para o mercado externo em detrimento das potencialidades do mercado interno.

Em documento oficial elaborado a partir do Seminário realizado nos dias 15 e 16 de abril de 1989¹, o PT apresentava o seguinte teor de debate a respeito da situação do meio rural no Brasil:

5. Respalhada na mudança de relação de força, a política do PT para o campo não deve descuidar de uma ofensiva frontal na questão das relações fundiárias e reforma agrária, enfrentando tanto a concentração

¹ Que originou o livro intitulado “PT: Um Projeto Para o Brasil, 1989”.

da terra e o poder em áreas rurais, como, sobretudo, *atendendo reivindicações por terra de grande setor de sua base social no campo*. A ofensiva do PT deve ser de forma a ir quebrando a lógica dominante e ir permitindo a emergência de outra lógica de desenvolvimento, com novas formas de integração e participação econômica e política. Para *enfrentar a concentração de terra e distribuí-la várias iniciativas são possíveis, mesmo com a limitada legislação atual. Aqui, de novo, o elemento fundamental é a vontade política e a legitimidade para a promoção de mudanças*. (GRZYBOWSKY, C., 1989, p. 171-189. Grifo nosso).

No excerto acima é possível notar que além de questionar as relações e a estrutural rural brasileira, o Partido dos Trabalhadores expressa que para a realização da necessária reforma agrária, era preciso “vontade política”, uma vez que o próprio legado constitucional que diz que a terra tem que cumprir sua função social. Porém, após um longo histórico de militância e defesa dos movimentos sociais, as definições programáticas e a postura política do Partido dos Trabalhadores para questões antes candentes transformaram-se de maneira crassa, beirando a infâmia. Ora, para onde foi canalizado todo o vigor e a “vontade” para a realização de alterações fundamentais nas estruturas do país em benefício popular após a vitória de Lula como presidente?

Desta forma, no ano de 2002, após sucessivas derrotas eleitorais (1989, 1994 e 1998), o PT ascende ao Executivo Federal tendo a icônica figura de Lula como presidente. Para muitos que acreditavam no potencial transformador do Partido dos Trabalhadores, a atuação deste governo se mostrou uma triste surpresa. Os princípios anteriores, originais da formação do Partido dos Trabalhadores, pautados em demandas democrático-populares, sobretudo advindas dos movimentos de massas foram solapados pela adesão e adaptação ao receituário das organizações multilaterais.

Sem dúvidas, o traço mais marcante da trajetória petista, desde sua formação até a ascensão à presidência da República, fora sua adaptação ao modelo político e econômico então em vigor no país, antes criticado com veemência pelo PT. A campanha eleitoral de 2002 esforçou-se para apresentar Lula como um candidato que não agiria com intransigência frente aos compromissos com a burguesia e com o capital financeiro. Neste contexto, fora lançada a *Carta ao Povo Brasileiro*, que ressaltava elementos

como a valorização do agronegócio, redução da taxa de juros de forma sustentada, manutenção do equilíbrio fiscal e do superávit primário.

De acordo com Ricci (2010) o lançamento deste documento é o exemplo mais enfático da mudança na postura política do partido, configurando-se como um novo paradigma econômico petista, surtindo críticas advindas dos próprios membros do PT. Contudo, Secco (2011) destaca que a *Carta Ao Povo Brasileiro* não fora a principal causa da vitória em 2002. O PT, em sua transformação política, esforçou-se para demonstrar seu respeito às instituições vigentes. Há algum tempo o Partido vinha se comprometendo com o mercado²; a *Carta* de Lula seria apenas o detalhe que faltava com relação ao comprometimento com o contexto econômico vigente.

Assim, Segundo Cerqueira (2007) Carta – conhecida também como *Carta aos banqueiros* – relatava que não se iria mexer na estrutura política macroeconômica que foi implantada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Esta carta representou uma guinada na formulação programática do PT e dos compromissos desse governo, ainda que o objetivo da mesma tenha sido acalmar o mercado financeiro, ante à iminente vitória de Lula e às incertezas sobre as primeiras medidas que esse tomaria.

Na avaliação de Pinheiro (2003), a vitória de Lula no pleito de 2002 seria uma alternativa oposta e distinta do perfil presidencial do período democrático pós-ditatorial. A surpresa estaria no fato de uma parcela da camada empresarial ter aderido à sua candidatura e também devido ao PT ter movido esforços para conseguir esta base de apoio durante sua campanha.

Com a eleição de Lula chegar-se-ia a um final ambíguo de um processo eleitoral cujo elemento principal fora, justamente, a ambiguidade. O candidato petista, sempre identificado como oposição, assumira em sua campanha aspectos e compromissos continuístas, para “catalisar a tendência oposicionista; movimento que é confirmado pelas primeiras medidas do governo Lula.” (PINHEIRO, 2003, p. 12).

² O autor cita como exemplo do comprometimento anterior do PT com o mercado, a ida de Aloísio Mercadante a um Encontro Estadual do PT Paulista em Serra Negra (SP) nos anos 90 para atacar a proposta de suspensão da dívida externa, sendo vitorioso em sua proposta. (Cf. 2011, p. 202)

Diante deste quadro político, Antunes (2006) rememora os tempos remotos das greves do ABC quando, num período de vácuo de representação trabalhista brasileira devido ao longo período de repressão militar, a figura de Lula surge como um representante da classe trabalhadora, consolidando-se como uma liderança popular notória diante do Partido dos Trabalhadores. Mas, no meio do caminho havia o processo de institucionalização partidária, e deste modo, o autor expressa “os inimagináveis desvios de rota de seu governo e partido”:

Em pouco mais de trinta anos, Lula migrou do mundo do trabalho industrial para subir a rampa do Planalto. Lá, no passado, ficou estancada a sua viva espontaneidade. Antes dessa crise estonteante, imaginava-se como o Messias que vinha do povo e seria capaz de “ensinar” e “converter” as elites. Não conseguiu perceber que foi tranquilamente tragado por elas. E que hoje depende do PSDB e dos bancos para permanecer onde está. (ANTUNES, 2006, p. 90).

Desta maneira, as mudanças programáticas e de postura política do Partido dos Trabalhadores garantiram a plena institucionalização do mesmo, sobretudo com a chegada de Lula ao quadro do Executivo Federal. Porém, é importante destacar como se delimitou a governança do PT diante das distintas classes sociais que configuram a sociedade brasileira. Pois, mesmo assumindo a postura de um chefe de Estado com boa conduta governamental aos olhos da política institucional, o presidente-operário mantinha sua empatia direta com as massas, o que o transformou na expressão de um presidente que falava para os pobres, vivenciava os benefícios de estar no poder e garantia as boas vindas aos grandes capitais (ANTUNES, 2006).

O GOVERNO LULA E SUAS CONTRADIÇÕES: SEUS DESCAMINHOS RUMO AO FORTALECIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM DETRIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O agronegócio, também conhecido como *agrobusiness*, pode ser definido como uma rede que abarca todos os segmentos da cadeia produtiva vinculada à agropecuária. O mesmo envolve o conjunto das atividades de produção, processamento, distribuição e comercialização dos produtos agrí-

colas. Na maioria dos casos, a produção é destinada ao mercado externo ou às agroindústrias, com objetivo do lucro (MATOS; PÊSSOA, 2011).

De acordo com Fernandes e Welch (2004), o agronegócio na verdade, foi o novo nome inventado para o modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, teve sua origem no sistema *plantation*, onde grandes propriedades foram utilizadas na produção para exportação. Desde os primórdios do capitalismo e em suas diferentes fases, esse modelo passou e vem passando por adaptações e modificações, aumentando a produtividade e intensificando a exploração da terra e do homem, desta forma, adaptando-se as crises e a cada etapa desse sistema. Porém, a alteração de seu nome – agora conhecido como agronegócio – teve e tem um papel fundamental na nossa sociedade, consistindo em tirar a visibilidade dos problemas gerados pelo latifúndio. Em suas palavras,

Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária.

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. (FERNANDES; WELCH, 2004, p. 2).

Segundo Stédile (2012) podemos dizer que o agronegócio é uma grande aliança que uni os grandes proprietários capitalistas e as empresas transnacionais, que hoje são as principais responsáveis pelo controle dos insumos, dos preços dos produtos agrícolas e ate mesmo do mercado internacional, cujo enfoque é apenas a produção de mercadorias que tenham um alto índice de produtividade e lucro para os mesmos.

Isto posto, afirmamos que o agronegócio tem como características: a produção especializada em algumas *commodities*, os monocultivos em alta escala, a utilização de transgênicos, a produção destinada à exportação, a dependência do mercado do que e quanto produzir, uso intensivo de capital (máquinas e equipamentos) e tecnologia com uma dependência de elementos externos à propriedade. Além disso, o preço dos produtos não se dá pelo custo de produção, mas sim, é definido pelos mercados de ações, ou seja, pelo capital financeiro (FERNANDES, 2008; OLIVEIRA, 2006; STÉDILE, 2012).

Assim, com a internacionalização da agricultura e dos complexos agroindustriais, ocorre cada vez mais na agricultura o processo de padronização dos sistemas produtivos, onde, mesmo a natureza nos fornecendo múltiplas fontes de matéria-prima, passamos a padronizar com a passar do tempo determinadas espécies de plantas, grãos, etc., sobressaindo um único padrão produtivo e alimentar para todo o mundo (SILVA apud AGRA; SANTOS, 2007).

Durante o governo Lula, mesmo diante da conjuntura internacional favorável ao desenvolvimento da economia nacional neste período, a postura macroeconômica assumida seguiu a lógica destacada acima, vindo a limitar o desenvolvimento do país, perdendo a extraordinária oportunidade de retirar o Brasil da trajetória de instabilidade e crise e colocá-lo numa trajetória de desenvolvimento econômico dinâmico (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 58). Pode-se afirmar, então, que não houve um avanço em termos industriais com relação à inserção da economia brasileira no comércio internacional, na qual as exportações continuam sendo de produtos de baixa e média capacidade tecnológica, bem como de produtos não industrializados (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

A exemplo do fato supracitado, temos as exportações do agronegócio que cresceram 4,2%, ultrapassando R\$ 100 bilhões, entre os meses de julho de 2012 a junho de 2013, onde os principais produtos exportados foram, a soja, a carne bovina, o frango, o açúcar, o milho e o café (BRASIL, 2013). Fator que tornou o Brasil um dos grandes competidores no mercado externo, onde 38 das 100 maiores empresas voltadas ao agronegócio que atuam no país tem predominantemente capital estrangeiro.

Em outras palavras, na boa onda do comércio internacional para as exportações de *commodities*, o governo Lula estimulou a grande produção agrícola monocultora, ao invés de viabilizar a pequena produção voltada para o mercado interno, mantendo a velha estrutura fundiária do país (BARREIRA, 2014). O governo Lula melhorou a posição da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder (BOITO JR., 2012). E neste sistema, a política de exportações alia-se e subordina-se ao grande capital financeiro, não atendendo aos interesses das classes populares.

Em súbito, o agronegócio possui a maior parte das terras no Brasil, mas são das pequenas e médias propriedades que veem a maior parte dos alimentos responsáveis por abastecer o mercado interno. Dito isto, os camponeses e agricultores familiares mesmo estando em desvantagem em relação ao agronegócio, são os responsáveis por abastecer a mesa dos brasileiros, produzindo mais da metade de toda a comida consumida no Brasil, produzindo alimentos tais como: mandioca, tomate, banana, feijão, batata-inglesa, caju, café, guaraná, cacau, uva, ovos, leite, rebanho suíno, etc.; além de produzirem a maioria absoluta de legumes e hortaliças. Diante disto, pode-se dizer que o agronegócio é responsável por produzir *commodities* para o mercado mundial e não alimentos para consumo da população local, não contribuindo para a viabilização da soberania alimentar em nosso país:

Para um total de 4.900.000 estabelecimentos, 4.150.000 (85%) correspondem ao setor familiar e camponês e 550.000 (12%), ao setor patronal. Mas a agricultura familiar responde por 38% da produção agrícola nacional, ocupa 75% da população ativa agrícola quando só se beneficia de 30% da superfície agrícola e de 25% dos financiamentos públicos destinados ao conjunto do setor [...]. (SABOURIN, 2007).

Em consulta aos documentos do II Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula 2003-2006, podemos observar que a agricultura familiar/camponesa corresponde a,

[...] 4,1 milhões de estabelecimentos (84% do total), ocupa 77% da mão-de-obra no campo e é responsável, em conjunto com os assentamentos de reforma agrária, por cerca de 38% do valor bruto da produção agropecuária, 30% da área total, pela produção dos principais alimentos que compõem a dieta da população – mandioca, feijão, leite,

milho, aves e ovos – e tem, ainda, participação fundamental na produção de 12 dos 15 produtos que impulsionaram o crescimento da produção agrícola nos anos recentes. (OLIVEIRA, 2007, p. 151).

Segundo Oliveira (2001), verifica-se assim a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista, que concentra as terras nas mãos de poucos proprietários, criando uma imensa população despossuída dos meios de produção, que não obtém outro meio de sobreviver a não ser vendendo suas forças de trabalho. A economia do agronegócio ou as agroestratégias estão assentadas “[...] na captura e superexploração das vantagens comparativas naturais” ou na renda fundiária (DELGADO, 2013, p. 64), materializando verdadeiras lutas por território. Aumentando assim a crise no campo brasileiro devido ao fato de o território não estar nas mãos daqueles que colhem os frutos da terra para a nação, mas sim sob controle das multinacionais e dos latifundiários, que se apropriam dos bens comuns, como da água, biodiversidade, terra e territórios, gerando o extermínio de comunidades tradicionais.

A SOBERANIA ALIMENTAR E SEUS DESAFIOS PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS FRENTE AO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO.

O conceito de soberania alimentar surgiu na década de 90, fruto de discussões dos movimentos sociais do campo, em questionamento as políticas agrícolas neoliberais implantadas na América Latina e no mundo através da Organização Mundial do Comércio – OMC e Banco Mundial que desenvolviam debates junto a FAO sobre projetos de segurança alimentar. Os debates em torno da segurança alimentar eram no sentido da adoção de políticas de combate a fome, produzindo alimentos em larga escala, pois o que se constatava segundo a Food and Agriculture Organization (2005) era que se nada fosse feito, ainda haveria 680 milhões de pessoas famintas no mundo ao redor do ano 2010, mais de 250 milhões na África Subsaariana.

Os movimentos sociais adentraram a esse debate da segurança alimentar, porém, com uma proposta distinta de solução para a questão. Iniciou-se então por parte dos movimentos sociais inúmeros questiona-

mentos sobre o conceito de segurança alimentar que defendido pela FAO, alegando que a segurança alimentar era baseada no modelo neoliberal e favorecia o agronegócio e as grandes corporações:

Segurança alimentar significa que cada criança, cada mulher e cada homem devem ter a certeza de contar com alimento suficiente para cada dia. Porém este conceito não diz nada com respeito a procedência do alimento ou a forma como é produzido. Desse modo, Washington, pode argumentar que a importação de alimentos baratos dos Estados Unidos é uma excelente maneira que tem os países pobres de alcançar a segurança alimentar, mas sem a produção de alimentos próprios. (CAMPOS, 2006, p. 155).

Assim, os movimentos sociais juntamente com a Via Campesina começaram a realizar debates com os seguintes questionamentos: que não se era necessário apenas garantir os alimentos a população, mas, sobretudo que se soubesse a procedência desses alimentos, a qualidade dos mesmos, sua não padronização respeitando a diversidade cultural alimentar dos povos, garantindo que esses fossem alimentos saudáveis e não frutos do agronegócio, da monocultura e da produção de transgênicos em larga escala.

Através destes debates a Via Campesina propôs um novo conceito o qual denominou de Soberania Alimentar, que seria,

[...] o direito dos povos de definir sua própria política e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuário, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais [...]. (CAMPOS, 2006, p. 154-155).

O conceito de Soberania Alimentar desenvolvido pela Via Campesina inclui ainda a,

Prioridade à produção local para alimentar a população; Acesso dos camponeses e dos sem terra à água, sementes e crédito; Reforma agrária integral; Posse e uso da terra reservados a quem nela trabalha e quem nela vive. A terra não é uma mercadoria, mas um bem em benefício da sociedade – princípio da propriedade social; Fim do monocultivo e prioridade à produção diversificada; Que os governos desenvolvam uma política de preços remuneratórios de forma a garantir a democratização dos meios de produção e controlo dos mecanismos de comercialização; Estímulo à agricultura familiar e cooperativa e o controlo dos processos de transformação pelos trabalhadores; Acesso à educação e segurança social para agricultores e famílias; Criação de bancos de sementes públicos, geridos por agricultores; Desenvolvimento de modelos tecnológicos respeitadores da saúde e do ambiente; Produção sem OGM; O direito ao uso público e democrático da água de boa qualidade; Participação dos povos na definição das políticas agrárias; Política de reordenação territorial que delimite zonas agrícolas e garanta infra-estruturas – caminhos rurais, electrificação, regadio; Ordenação dos cultivos, contra a imposição dos não tradicionais; Direito dos países a protegerem-se das importações agrícolas subsidiadas; O direito dos camponeses em produzir os alimentos que entenderem e dos consumidores decidirem o que consumir; Preços agrícolas ligados aos custos de produção, a favor da produção camponesa sustentável, controlando o mercado interno para não haver excedentes; Reconhecimento do papel essencial dos produtores na agricultura e na alimentação; Saída da OMC do sector alimentar, hoje tratado como mercadoria e não como direito dos povos; Não aos Acordos de Livre Comércio (TLC) e aos Acordos de Parceria Económica (EPA); Contraponto às políticas do Banco Mundial sobre a terra e o desenvolvimento rural; Oposição ao domínio de 62,6% da economia mundial pelo G8, que representa apenas 13,5% da população mundial. (NICHOLSON, [200?], p. 3).

Desta forma, Thomaz Jr (2007), diferencia segurança alimentar e soberania alimentar destacando que,

[...] enquanto a segurança alimentar tem a ver com a obrigação dos Estados nacionais em garantir o acesso aos alimentos em quantidades suficientes, sem se por em questão a origem dos mesmos, inclusive podendo contar com ajudas internacionais; a idéia e o conceito de Soberania Alimentar está erigido à partir da defesa do direito dos povos e dos países de definir suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos destinados ao abastecimento de sua população, antes mesmo da necessidade mercadológica e de exportação, como imperante e crescentemente marcado no cenário global. (THOMAZ JR., 2007, p. 9).

Desta forma, o conceito de Soberania Alimentar se transformou numa bandeira política dos movimentos sociais ligados à Via Campesina, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no Brasil, defendendo principalmente a preservação da biodiversidade, da diversidade alimentar cultural dos povos, a sementes como sendo um patrimônio do povo a serviço da humanidade e o não patenteamento das mesmas, a luta contra os transgênicos, e a luta pela reforma agrária integral, de modo que seja garantido aos camponeses o direito à terra e aos frutos dela, para que assim possam produzir e garantir o abastecimento das populações locais a partir das demandas culturais e biodiversidade regional. Esse conceito se baseia na implementação do direito à alimentação, mas vai além dele, defendendo o acesso dos camponeses aos recursos para a produção de alimentos que respeitem a cultura, diversidade regional e sustentabilidade ambiental. Segundo Paul Nicholson da Via Campesina: “A Soberania Alimentar constitui o centro da alternativa que se está a construir frente ao fracasso do actual modelo agro-industrial.” (NICHOLSON, [2004], p. 2).

Como podemos perceber, o debate da soberania alimentar é mais amplo que o da produção de alimentos saudáveis à população, ele nos coloca a agricultura camponesa e/ou familiar como alternativa ao agronegócio e a seus impactos destrutivos ao meio ambiente, garantindo através da agricultura camponesa e/ou familiar maior sustentabilidade ambiental e econômica para os países a qual por ela aderem.

Além disso, a soberania alimentar nos levanta o debate da revitalização do mundo rural e da valorização dos agricultores locais. Vale destacar também os impactos negativos que a não consolidação da soberania alimentar gera em nossa sociedade, como por exemplo, a exclusão dos camponeses e agricultores familiares de suas terras, perdendo o direito fundamental à alimentação e trabalho, gerando um esvaziamento do mundo rural na mesma medida em que ocorre um superpovoamento das grandes cidades, empobrecimento da qualidade e variedade dos alimentos que altera os hábitos culturais da população, agressivos danos ao meio ambiente em decorrência da produção de monoculturas em detrimento da biodiversidade agrícola local, entre outros. Portanto, a revitalização de um mundo rural com agricultores é urgente. Valorizar o papel dos produtores locais para que não sejam meros fornecedores de matérias-primas e formar con-

sumidores empenhados em fazer um consumo crítico e responsável no seu dia-a-dia, é parte da estratégia da Soberania Alimentar.

Assim, ao analisarmos os movimentos sociais de luta pela soberania alimentar e em defesa de seus territórios, verificamos uma pluralidade de conflitos em seus respectivos interesses e até mesmo ideais que traçam os rumos do agronegócio. A inserção desses territórios na lógica capitalista ampliou as disputas e os conflitos territoriais, evidenciando ainda mais a lutas dos agricultores e camponeses que buscam o retorno e/ou a permanência na terra, frente à expansão do sistema agrícola do agronegócio (FREITAS, 2012).

Segundo Rodrigues o agronegócio diz respeito,

[...] a um novo padrão espacial que nega as comunidades camponesas existentes, envolvendo diferentes desigualdades, identidades, regionalismos historicamente construídos. Paralelamente à expansão do modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, que se estrutura no argumento neoliberal de internacionalização da economia, aumentam os conflitos entre perspectivas de espaço diferenciadas dos agentes do agronegócio que chegam às regiões de expansão da fronteira. (RODRIGUES, 2012, p. 5).

A ocorrência de conflitos nas regiões de expansão do agronegócio é sem dúvida, a expressão da resistência de grupos camponeses ao modelo neoliberal imposto. Os conflitos são a tentativa de se apoderar desse espaço em disputa ou de manutenção da posse do mesmo. Pois, o agronegócio para se expandir necessita se apropriar cada vez mais de mais terras e imprime uma política por vezes devastadora dos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc., baseada na falsificação de documentos, compras de grandes propriedades, isolamento de povoados, entre outras.

Vale ressaltar que esses movimentos sociais vão além da luta pelo território e em defesa da soberania alimentar, mas requerem as justas transformações nas condições sociais desses povos que são excluídos desde o processo de colonização. Diante disso, a Via Campesina se manifestou em relação aos territórios tradicionais, dizendo que o período que vivemos é de intensa pressão do capital e ela pode ser observada pelo avanço das hidrelétricas, rodovias, ferrovias, e principalmente pelo avanço do agronegócio

e de suas práticas aos territórios tradicionalmente ocupados e pertencentes às populações camponesas, indígenas, quilombolas, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta lógica o agronegócio teve toda a complacência por parte do governo Lula em detrimento da luta histórica pela reforma agrária travada pelos movimentos sociais do campo, principalmente pelo MST, apoiada outrora pelo PT. E, de acordo com Machado (2009, p. 33), as mudanças político-ideológicas pelas quais o PT passou ao longo do tempo, consolidando-se no governo Lula, dificultam o resgate dos compromissos históricos que tal partido teve para as classes trabalhadoras.

Segundo Barreira (2014, p. 66), isto se deu devido às expectativas em torno da ascensão do PT ao Executivo Federal, de modo que este fator subjetivo, além de ter servido para aumentar a mobilização popular, também gerou um sentimento de insegurança por parte dos ruralistas, que temiam políticas de reforma agrária. Lula, por sua vez, buscou mediar os conflitos reconhecendo a legitimidade da luta pela terra, ao mesmo tempo que buscava atender as reivindicações dos agronegociistas.

Durante o referido governo houve a diminuição no número de assentamentos, onde, se observou, no primeiro mandato o governo assentar um pouco mais de 100 mil famílias – lembrando que a meta do II PNRA eram 400 mil famílias – porém alega ter assentado 381 mil famílias, pois incluíram nesses números até um assentamento da época de Getúlio Vargas, de 1942, maquiando os reais números alcançados (OLIVEIRA, 2007). Vale ressaltar também o crescente aumento da violência no campo onde tivemos de 2003 a 2010 um total de 304 pessoas assassinadas no campo em virtude dos conflitos territoriais entre os movimentos sociais e os ruralistas desse país.

Inquestionavelmente, para o governo Lula a reforma agrária passou a não ser mais considerada como uma necessidade histórica e potencializadora de importantes transformações no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Pensou-se a reforma agrária apenas como política social com o intuito de acabar localmente com o problema da fome no país (OLIVEIRA, 2007). Assim, a reforma agrária foi abandonada, dando lu-

gar a algumas políticas públicas consertadas e vinculadas a dois princípios fundamentais: de não realiza-la nas áreas de domínio do agronegócio; e fazê-la apenas nas áreas onde elas possam servir de apoio ao agronegócio:

[...] Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. É como se estivesse diante de uma velha desculpa: o governo Lula finge que faz a reforma agrária e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também fingir acreditar [...]. (OLIVEIRA, 2008).

Ao mediar os antagonismos de classe, o governo petista teria cumprido com maestria a função política do Estado (POULANTZAS, 1980, 2007), dando garantias às classes dominantes – neste caso específico à uma fração da burguesia brasileira representada pelo agronegócio – ao mesmo tempo em que devido ao vínculo existente entre a (pretérita) tradição política de militância petista e a imagem de Lula, conseguiu desmobilizar as lutas dos movimentos sociais no país. Desta forma, as lutas sociais, os conflitos territoriais e a expropriação capitalista no campo aumentaram incisivamente, associadas às políticas neoliberais implementadas no Brasil. O acúmulo de terras nas mãos desses poucos proprietários nos retrata a desigualdade, onde encontramos uma estrutura agrária arcaica, sendo responsável por marginalizar e excluir uma significativa parte da população que permanece na luta em defesa da reforma agrária, da soberania alimentar e de seus territórios.

REFERÊNCIAS

- AGRA, N. G.; SANTOS, R. F. *Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento*. 2007. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/denru_agribrasil.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2014.
- ANTUNES, R. *Uma esquerda fora de lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT*. Campinas, SP: Armazén do Ipê; Autores Associados, 2006.
- BARREIRA, M. Movimentos sociais e reforma agrária: um balanço crítico. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 22, p. 63-68, fev. 2014.
- BOITO JUNIOR, A. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JUNIOR, A.; GALVÃO, A. (Org.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012. p. 67-104.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. *Informativo de Economia Agrícola*. ano 06, v. 01, set. 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/INFORMATIVO%20DE%20ECONOMIA%20Agri_%20ano%206%20vol_%201.pdf>. Acesso em: 23 set. 2014.

CAMPOS, C. S. S. Campesinato autônomo: uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. *Revista Lutas & Resistências*, Londrina: UEL, n.1, p. 146-162, 2006..

CERQUEIRA, K. C. História do pensamento econômico do PT: as propostas econômicas do partido dos trabalhadores nas eleições presidenciais de 1989 a 2002. (Trabalho Final Apresentado à Disciplina Sistemas Partidários Brasileiros)-IPOP, Universidade de Brasília, 2007.

DELGADO, G. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. *Revista Reforma Agrária*, edição especial, p. 61-68, jul. 2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Monitoring progress since the World Food Summit.2005. Disponível em: <www.fao.org/wfs>. Acesso em: 15 set. 2014.

FERNANDES, B.M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. Modelos de desenvolvimento em conflito: o agronegócio e a via camponesa. 2004. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CCModelosdedesenvolvimentoemconflitooagronegocio.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2013.

FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2007.

FREITAS, B. M. C. Expansão da fronteira agrícola capitalista e disputas territoriais na Chapada do Apodi, Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., Uberlândia, MG, 2012. *Anais...* Uberlândia: UFU, 2012.

GRZYBOWSKI, C. Política agrícola e reforma agrária: subsídios ao programa do PT. In. *PT: um projeto para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MACHADO, E. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 21/22, 2º sem. 2008-1º sem. p. 23-34, 2009.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A modernização da Agricultura no Brasil e os novos usos do território. *Geo UERJ*, v. 2, n. 22, v. 2, p. 290-322, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>>. Acesso em: 25 set. 2014.

NICHOLSON, P. Soberania alimentar: por uma agricultura com agricultores. In: *Anauá: a outra margem do Comércio Justo*. [200?]. Disponível em: <http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=17495>. Acesso em: 25 out. 2014.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>>. Acesso em: 22 set. 2014.

_____. *Sem enfrentamento, não há reforma agrária*. [maio 2007]. Entrevistador: Correio da Cidadania. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/4175>>. Acesso em: 14 out. 2014.

_____. O governo Lula dá adeus à reforma agrária. *Brasil de Fato*, 22 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.brasiledefato.com.br/node/3444>>. Acesso em: 22 out. 2014.

_____. O uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In: FEITOSA, A. M. A.; ZUBA, J. A. G.; (Org.). *Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e reforma agrária no Brasil*. Goiânia: UCG, 2006. p. 29-78.

OLIVEIRA, F. Qual é a do PT? In: SADER, E.; OLIVEIRA, F. *E agora, PT?: caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 9-34.

PINHEIRO, J. Três tipos de candidatura no pleito presidencial de 2002: oposicionista, governista e continuísta. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo: PUCSP, v. 9/10, p. 9-18, 2003.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

_____. *Poder político y clases sociales en el estado capitalista*. Mexico, D.F.: Siglo XXI Editores, 2007.

RICCI, R. *Lulismo: Da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2010.

RODRIGUES, S. J. D. *Conflitos e resistências no sertão maranhense*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21. 2012. *Anais...* Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1063_1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? *Sociedade e Estado*, v.22, n.3, p. 715-751, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922007000300009>>. Acesso em: 15 out. 2014.

SECCO, L. *História do PT 1978 – 2011*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

STEDILE, J. P. Entrevista à revista Estopim. [20 ago, 2012]. *O diário.info*. Disponível em: <<http://www.odiario.info/?p=2586>>. Acesso em: 15 set. 2014.

THOMAZ JR., A. Trabalho, Reforma agrária e soberania alimentar. *Scripta Nova: Revista Geocrítica*, Barcelona, v. 11, n. 245, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/thomaz.htm>>. Acesso em: 15 out. 2014.

TERRA DE DIREITOS. Organização de Direitos Humanos. Posição da via camponesa Brasil sobre a questão dos territórios: camponeses, indígenas, quilombolas e pesqueiros. 2013. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/biblioteca/notas/nota-posicao-da-via-camposina-brasil-sobre-a-questao-dos-territorios-camponeses-indigenas-quilombolas-e-pesqueiros/>>. Acesso em: 20 set. 2014.